



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONCURSO PÚBLICO
Edital n. 01/2007 – ALMG

**ANALISTA LEGISLATIVO
CONSULTOR EM DIREITO / ÁREA II
(DIREITO TRIBUTÁRIO)
Código 213**

**CADERNO 1
ORIENTAÇÕES PARA A PROVA DISCURSIVA**

1. Este caderno contém as orientações para a Prova de Conhecimentos Específicos do Cargo e da Especialidade acima registrados, prova esta composta de **7 (sete) questões discursivas**.
2. Preencha com cuidado, **A TINTA**, o talão de identificação que se encontra no **Caderno 2** da Prova Discursiva:
 - transcreva o seu número de inscrição,
 - escreva seu nome em letra de forma,
 - assiné no lugar apropriado;
 - escreva o número do seu Documento de Identidade.
3. **NÃO SE IDENTIFIQUE NAS FOLHAS DE RESPOSTAS DA PROVA DISCURSIVA.**
4. A prova que apresentar qualquer sinal ou que contiver expressão que possibilite a identificação do candidato **será anulada** e a ela se atribuirá a nota **0 (zero)**.
5. Ao finalizar, entregue o caderno da Prova Discursiva contendo a folha de identificação e suas respostas ao aplicador.

Atenção: **não destaque** a folha de identificação.
6. Ao término do tempo previsto para a duração da prova, o envelope contendo as folhas de identificação e as respostas dos candidatos será devidamente lacrado.

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO.

TEMPO TOTAL DE DURAÇÃO DA PROVA: QUATRO HORAS.

INSTRUÇÕES

1. Leia cuidadosamente as questões e responda-as com caneta de **tinta azul** ou **preta**, letra **legível**, no **Caderno 2** da Prova Discursiva, observando a numeração de cada questão e a quantidade de linhas solicitada.
2. A versão definitiva das respostas ou a sua transcrição (caso tenham sido feitas em rascunho) deverá ser registrada no espaço próprio do **Caderno 2** que contém a folha de identificação.
3. O **valor total** dessa prova é **120 (cento e vinte) pontos** distribuídos, conforme o item 24.1.2 do edital:
 - a. **primeira parte**, valor total **60 (sessenta) pontos**, sendo **10 (dez) pontos para cada questão**;
 - b. **segunda parte**, valor total **60 (sessenta) pontos** para texto a ser elaborado.

Na sua correção, será considerada a observância da norma padrão da língua portuguesa nos termos previstos no item 24.2 do Edital.

TABELA VII - INOBSERVÂNCIA DA NORMA PADRÃO

Item 7, subitem 7.5.2 do Edital.

Itens		Desconto (por erro)
Ortografia (inclusive acentuação gráfica)	(O)	Até 0,5 ponto
Sintaxe (regência, concordância, colocação pronominal)	(S)	Até 1,0 ponto
Pontuação	(P)	Até 0,5 ponto
Estruturação de Período – coerência e coesão	(EP)	Até 1,0 ponto
Propriedade de Vocabulário	(PV)	Até 0,5 ponto

TABELA VIII – LIMITES DE DESCONTO (adaptado)

Item 7, subitem 7.5.3 do Edital.

Cargo/Especialidades	Limite máximo de desconto por erros decorrentes da inobservância da norma padrão da Língua Portuguesa
Analista Legislativo:	20 (vinte) pontos
Consultor em Direito/Área II (Direito Tributário)	

[...]

Prova Discursiva

➤ Primeira Parte

Questão 01

Dispõe o § do art. 25 da Constituição da República de 1988, com a redação dada pela Emenda à Constituição n. 5, de 1995, que “[...] cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, **na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.**”

Por sua vez, o inciso V do art. 30 da mesma Constituição dispõe que cabe aos municípios “[...] organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial”.

Ao exame dos **dois** dispositivos citados, **RESPONDA** as seguintes indagações:

- 1.1 a qual esfera de poder da federação compete editar a lei que deve regular a forma de exploração dos serviços locais de gás canalizado?
- 1.2 a qual esfera de poder da federação compete prestar o serviço de transporte coletivo intermunicipal?
- 1.3 seria necessária a edição de leis para instituir e regular a prestação dos serviços de transporte coletivo intermunicipal e os serviços públicos municipais?

FUNDAMENTE suas respostas com base em princípios ou regras da Constituição da República de 1988.

ATENÇÃO – A resposta a ser elaborada deve conter um **máximo de 14 linhas**.

Questão 02

A questão que se segue é relativa aos limites do poder constituinte derivado-decorrente. Como é sabido, Minas Gerais editou, em 2004, emenda à Constituição que permitiu uma única recondução da Mesa da Assembléia Legislativa para os mesmos cargos na eleição subsequente, seja na mesma legislatura, seja na seguinte, regra esta diversa daquela estabelecida na Constituição da República para as Mesas da Câmara e do Senado. Sob influência dessa mudança, suponha que 24 (vinte e quatro) deputados estaduais tenham, recentemente, apresentado uma Proposta de Emenda à Constituição do Estado com o objetivo de estabelecer que as deliberações da Assembléia Legislativa e de suas comissões, salvo disposição em contrário, serão tomadas por maioria de votos dos presentes, diversamente do que dispõe a Constituição da República, expressamente, para as deliberações da Câmara e do Senado.

A mudança proposta tem sustentação jurídica?

ATENÇÃO – A resposta a ser elaborada deve conter um *máximo* de **12 linhas**.

Questão 03

Rúbio T. Queiroga teve declarada a desapropriação parcial de sua fazenda pelo Poder Público Municipal, para fins de utilidade pública. Entende Rúbio que a parte do imóvel não incluída na declaração expropriatória, por suas características e por seu tamanho ínfimo, não se prestará a qualquer tipo de exploração, ficando reduzida à inutilidade, e esvaziada de conteúdo econômico. Sabendo que não lhe cabe discutir o mérito da desapropriação, mas irresignado quanto à não inclusão da mencionada parte da fazenda no decreto de declaração expropriatória, Rúbio lhe questiona: tenho algum modo de me defender dessa verdadeira ofensa ao meu direito de propriedade? **JUSTIFIQUE** sua resposta.

ATENÇÃO – A resposta a ser elaborada deve conter um *máximo* de **16 linhas**.

Questão 04

Ao cuidar dos atributos do poder de polícia administrativa, alguns autores costumam afirmar que se trata de uma atividade negativa. O que isto quer dizer e por que se trata de um atributo questionável?

ATENÇÃO – A resposta a ser elaborada deve conter um *máximo* de **12 linhas**.

Questão 05

O Poder Executivo do estado de Minas Gerais encaminhou à Assembléia Legislativa, no dia 30 de novembro de 2007, um projeto de lei alterando a legislação estadual relativa ao Imposto incidente sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), incluindo a incidência do referido imposto sobre as aeronaves particulares devidamente registradas no estado de Minas Gerais, inclusive de titularidade das autarquias e empresas públicas federais e municipais, bem como aumentando as alíquotas das demais hipóteses de incidência já estabelecidas na lei em 0,5% (meio ponto percentual), sendo que as alterações serão exigidas a partir de 1º de janeiro de 2008.

RESPONDA, de forma fundamentada, na condição de Consultor em Direito, se as alterações propostas são válidas, considerando o ordenamento jurídico brasileiro.

ATENÇÃO – A resposta a ser elaborada deve conter um *máximo* de **12 linhas**.

Questão 06

O estado de Goiás concedeu uma isenção do ICMS para a saída dos produtos primários destinados ao setor agroindustrial localizado no próprio estado, bem como para a importação de produtos odontológicos a serem comercializados a partir de importadores também localizados no mesmo estado.

Considerando as normas previstas na legislação do estado de Minas Gerais, bem como que o CONFAZ não apreciou a matéria,

RESPONDA se os benefícios são validamente concedidos; e se o estado de Minas Gerais poderá restringir o aproveitamento de crédito do ICMS oriundo dos produtos odontológicos vendidos pelos importadores localizados no estado de Goiás para contribuintes-revendedores localizados no seu território.

ATENÇÃO – A resposta a ser elaborada deve conter um *máximo* de **16 linhas**.

➤ Segunda Parte

Questão 07

DISSERTE sobre o instituto da Imunidade das Entidades de Assistência Social e de Educação, explicando sua natureza jurídica, requisitos de aplicabilidade pelos entes federados e os tributos objetos da exoneração, abordando, inclusive, os impostos indiretos.

ATENÇÃO – A resposta a ser elaborada deve conter um *máximo* de **50 linhas**.

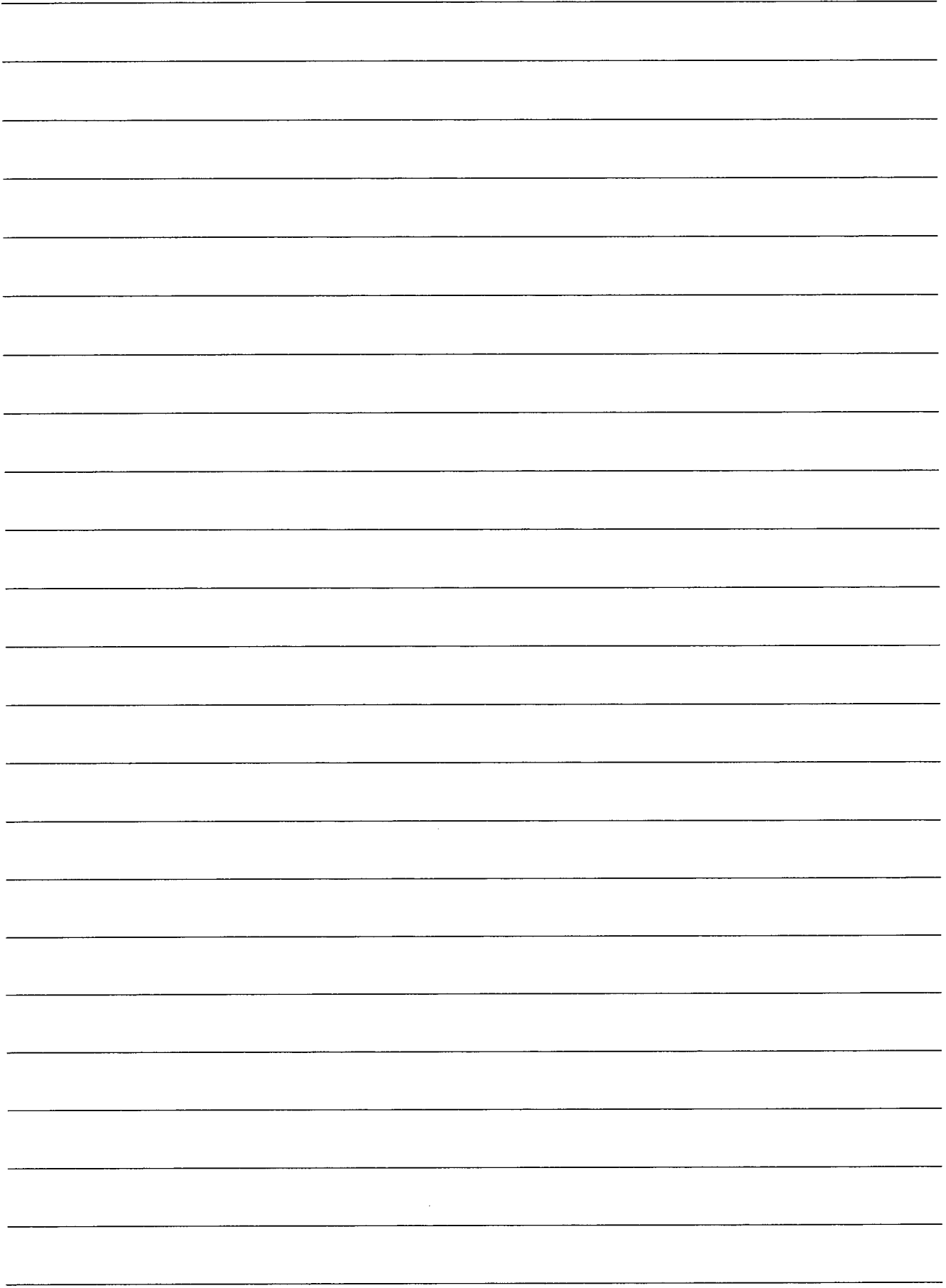
Lined paper template with 20 horizontal lines.

Lined writing area with horizontal lines.

A blank sheet of white paper with horizontal ruling lines, typical of a notebook page. The lines are evenly spaced and run across the width of the page.

Blank writing lines

A series of 20 horizontal lines for writing.



**ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.**